



Gabinete do Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Entrada n.º 1005
Data: 24-02-2016

Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do
Senhor Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
312

SUA COMUNICAÇÃO DE
25-01-2016

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 437/XIII/1ª de 25 de janeiro de 2016 - Resíduos Industriais depositados nas antigas minas de São Pedro da Cova

Caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado e, em resposta à Pergunta Parlamentar n.º 537/XIII/1.ª, de 1 de janeiro de 2016, formulada pelos Senhores Deputados Cecília Meireles, Pedro Mota Soares, Álvaro Castelo Branco, Patrícia Fonseca, António Carlos Monteiro e Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente de, relativamente à questão colocada, enviar a seguinte informação:

1 - Já foi tomada ou está prevista alguma medida para o apuramento da quantidade exata de resíduos ainda existentes nas escombreyras das antigas minas de São Pedro da Cova e a sua completa remoção?

Quando se constatou a existência de mais resíduos perigosos localizados fora da área da intervenção, foram desencadeados com o LNEC os procedimentos de avaliação no terreno dos mesmos. Para o efeito, o LNEC utilizou numa primeira fase a prospeção geofísica, como método indireto.

Metodologicamente, só após esta primeira fase de prospeção geofísica é que se devem realizar as sondagens mecânicas (geotécnicas), um método direto, como forma mais rigorosa de estimar os quantitativos ainda existentes naquele local. Estes procedimentos decorrem do facto do LNEC ser a entidade que valida técnica e cientificamente a inexistência de contaminação por influência dos resíduos perigosos depositados. Só após a caracterização e quantificação dos resíduos remanescentes, localização e profundidades, é que será possível avaliar e equacionar quaisquer tomadas de decisão.

O LNEC esteve responsável por coordenar e elaborar a metodologia e planificação dos trabalhos. Pretendeu-se assim a melhor avaliação das características geotécnicas dos solos, a avaliação da



descontaminação das escombreiras e a avaliação global da recuperação paisagística, permitindo assegurar que em toda a zona intervencionada e do ponto de vista ambiental, o local ficasse totalmente limpo e descontaminado.

Acerca dos procedimentos de quantificação dos resíduos ainda existentes em S. P. da Cova, a CCDR-N iniciou em Maio de 2015 o pedido de autorização de despesa para realização das sondagens mecânicas, um método direto de amostragem ao terreno.

A autorização da despesa ocorreu no despacho n.º 2994/2015-SEAP do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, em 05/10/2015, para abertura do procedimento de aquisição de serviços para Testes e Ensaios (sondagens mecânicas) que permitirão apurar a quantidade, o mais aproximada possível, de resíduos perigosos ainda existentes no local. Após envio de convites para apresentação das propostas de prestação de serviços, o procedimento de contratação culminou, já em dezembro, na decisão de não adjudicação e seu encerramento, atendendo ao facto de nenhuma das propostas reunir condições de adjudicação, nos termos da legislação aplicável da contratação pública.

Uma vez que se mantêm válidos os pressupostos e o valor base (38000,00€+IVA) iniciais da consulta para o procedimento de prospeção Geoambiental, a CCDR-N, encontra-se a desencadear os esforços no sentido de acautelar o cabimento da despesa e assim desencadear um novo procedimento de contratação pública. Esta consulta tem por base o Programa de Prospeção Geoambiental, elaborado em maio de 2015 pelo LNEC - Relatório 122/2015 - DG/NGEA.

Com os melhores cumprimentos, *e consideração*

A Chefe do Gabinete

Ana Sofia Silveira

CG/JP